

***18 diretrizes
para um
ajuste fiscal
coerente***



Expediente

Diretoria Executiva

Presidente

Rafael Perez Marcos

Vice-presidente

Jáilson Weilly Silveira

Diretor Financeiro

Lucas Gurgel Leite

Diretor Administrativo

Gabriel Gdalevici Junqueira

Diretor de Relações Institucionais

Gustavo Fernandes Borracini

Conselho Consultivo e Deliberativo

Presidente

Márcia Paim Romera

Membros

André de Araújo Mello

Rodrigo André de Castro Souza Rêgo

Vinicius Mendonça Neiva

Luciano Moura Castro do Nascimento

Paulo Ricardo Godoy dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente

Leonardo Carvalho de Mello

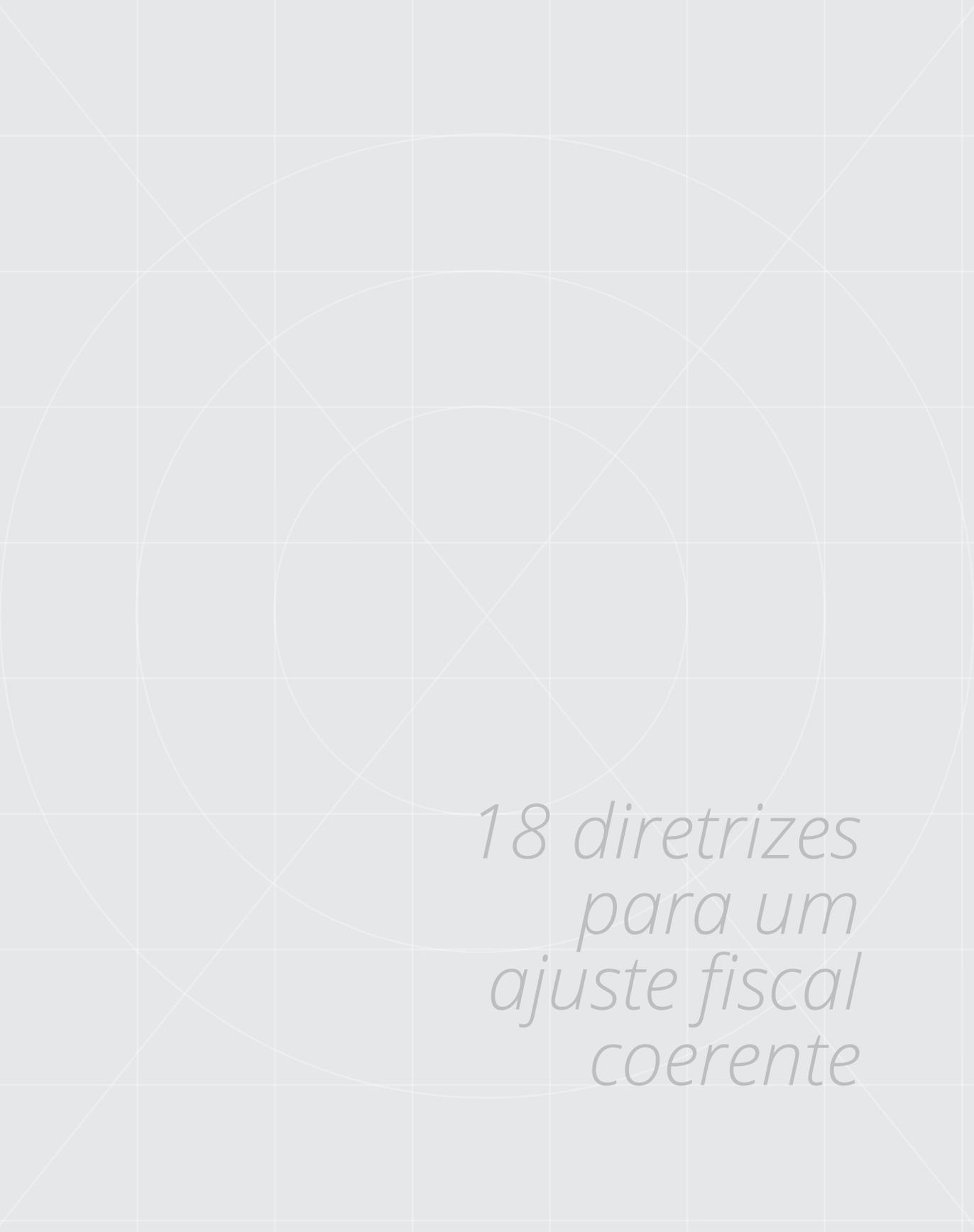
Membros Titulares

Alisson Neres Lindoso

Gustavo Miguel Nogueira Fleury

Membro Suplente

Frederico Viana Araújo



*18 diretrizes
para um
ajuste fiscal
coerente*

Apresentação

A Carreira de Finanças e Controle (CFC) constitui a espinha dorsal de dois dos principais órgãos do Estado brasileiro: a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Controladoria Geral da União (CGU). Ela é composta por dois cargos:

- i. nível superior: Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC);
- ii. nível médio: Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC).

A Associação dos Servidores do Tesouro Nacional (ASTN) representa os servidores, ativos e inativos, com lotação na STN. São 1.003 servidores ativos e 357 aposentados. Embora a maioria dos servidores da Carreira lotados na STN esteja em exercício nesta secretaria, 44% destes servidores estão lotados em outros órgãos da Administração Federal com destaque para as secretarias fazendárias.

A missão da ASTN é representar os interesses da carreira de forma técnica e independente. O conjunto de propostas apresentadas aqui demonstra que os servidores do Tesouro Nacional apoiam um ajuste fiscal coerente e possuem visão de longo prazo para o país, em harmonia com os valores e a missão da Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tesouro Nacional e a carreira de finanças e controle

Na segunda metade dos anos 80, a economia brasileira passava por uma profunda crise econômica e fiscal. Os problemas de natureza administrativa e de gestão financeira tornavam impraticáveis o planejamento, o financiamento e o controle dos gastos públicos e, como consequência, a adequada execução da política fiscal.

Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional foi criada em 10 de março de 1986, para assumir as atribuições da Comissão de Programação Financeira e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, incorporando também as funções fiscais até então desempenhadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil. No ano seguinte, visando dar apoio profissional às atribuições do Tesouro Nacional, foi criada a Carreira de Finanças e Controle (CFC).

Desta forma, a criação da STN e da CFC foi passo fundamental para o fortalecimento das finanças públicas do país, consolidando a modernização institucional e a sistematização da gestão responsável dos recursos públicos, graças ao desenvolvimento e implantação do SIAFI, trazendo equilíbrio e eficiência às contas públicas por meio da centralização da gestão do caixa da União, refletida na criação da Conta Única do Tesouro Nacional. Desde então, outras funções vitais ao Estado passaram a ser desempenhadas pela STN e incorporadas às atribuições da CFC.

Inclusive, antes mesmo da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que disciplinou diversos aspectos relacionados às finanças públicas previstos no artigo 163 da Constituição, coube à STN e à CFC assumirem inúmeras competências entre as quais destacam-se: a gestão da dívida pública federal, a elaboração de estatísticas fiscais, a administração de direitos e haveres, a concessão de garantias, além das atividades de órgão central de programação financeira e contabilidade da União, de controle das transferências financeiras aos entes da Federação, entre outras.

O cumprimento da missão institucional da STN de zelar pelo equilíbrio fiscal intertemporal e gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente exige capital humano altamente qualificado, capaz de lidar com atividades de elevada complexidade e responsabilidade. A Carreira de Finanças e Controle está à altura dos desafios. Os servidores lotados no Tesouro Nacional têm sólida formação nas melhores instituições do Brasil, com vasta experiência nos setores públicos e privados, não à toa, são convidados para desempenhar funções e assumir cargos de direção e assessoramento em diversos órgãos da Esplanada.

Mensagem da ASTN

É urgente o debate político acerca de qual nível de estado de bem-estar social é desejado pela sociedade brasileira. Condições necessárias para este debate são: a ampliação do conhecimento acerca do funcionamento de diversas políticas públicas, em especial no que diz respeito aos seus objetivos e resultados; e a conscientização de que a adoção destas políticas gera um custo financiado pela sociedade. Assim, para certa arrecadação, a escolha de financiar uma política pública implica em redução de recursos para o financiamento de outra.

Desta forma, cabe a nós, como sociedade, indicar nossas preferências em termos de programas e ações públicas, bem como reavaliarmos constantemente os resultados da atuação do Estado, reconsiderando as políticas públicas em termos de sua relação custo-benefício e do alcance de seus objetivos.

O posicionamento desta associação é claro: *há a necessidade de se realizar um ajuste fiscal que garanta a sustentabilidade do Estado brasileiro e permita a manutenção do estado de bem-estar social*. Nestes termos, defende-se a realização de um ajuste fiscal coerente, que reduza privilégios e enfrente políticas que promovam a concentração de renda e, por consequência, de oportunidades.

Embora exista uma série de divergências legítimas a respeito de um conjunto de reformas, em especial as da previdência, tributária e administrativa; não deve restar dúvida acerca de sua necessidade. Nos últimos anos o setor público brasileiro registrou expressivos déficits nominais e primários que se não forem endereçados trarão consequências negativas para o crescimento econômico e a qualidade de vida da população.

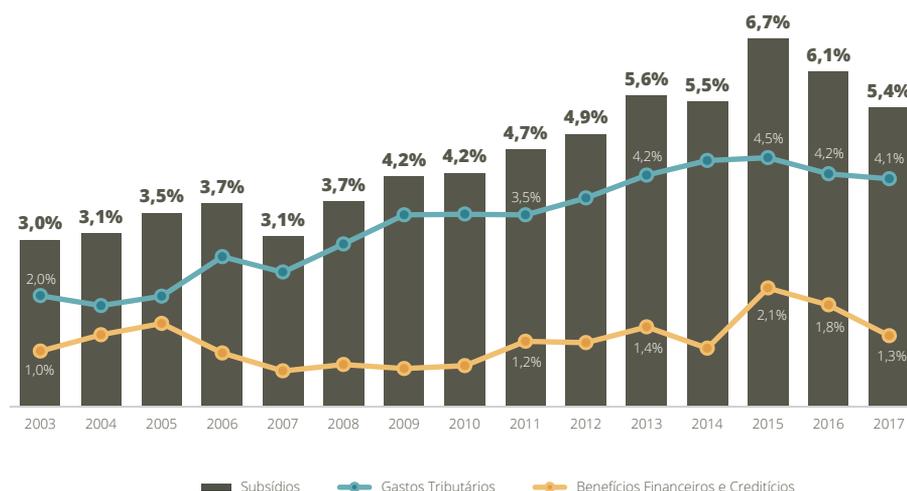
Assim, a ASTN apresenta um conjunto de diretrizes e diagnósticos que devem orientar a atuação dos agentes públicos. Para embasar estas diretrizes, promoveu-se, com a colaboração de especialistas da Carreira de Finanças e Controle¹ do Ministério da Fazenda, estudos de diversas políticas que estão no centro do debate político atual.

¹ As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Associação dos Servidores do Tesouro Nacional, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria do Tesouro Nacional.

Definir diretrizes, metas e prazos para todo e qualquer subsídio governamental, que permitam seu constante monitoramento e avaliação.

Os recursos dispendidos na forma de subsídios governamentais são significativos. De 2003 a 2017, foram gastos ou renunciados cerca de R\$ 4,0 trilhões. Apesar da importância, em termos de dispêndio, não há monitoramento e nem coordenação dessa política. Cerca de 85% dos programas tem vigência indeterminada, sendo que nenhum contém metas e objetivos específicos. Além disso, os gastos tributários e os subsídios implícitos não estão condicionados ao Teto de Gastos e nem constam da peça principal do Orçamento Geral da União e, portanto, não passam pelo escrutínio do Congresso Nacional. Por fim, há grande concentração em programas, cujos benefícios gerados não são claros para a sociedade, em detrimento de setores como Ciência e Tecnologia, Transporte Urbano, Saneamento Básico e Educação, sabidamente com grande transbordamento. A política de subsídios deve ser implementada considerando que os ganhos sociais de tais políticas devem ser maiores dos que os privados.

Gráfico 1. Evolução dos subsídios (% PIB)

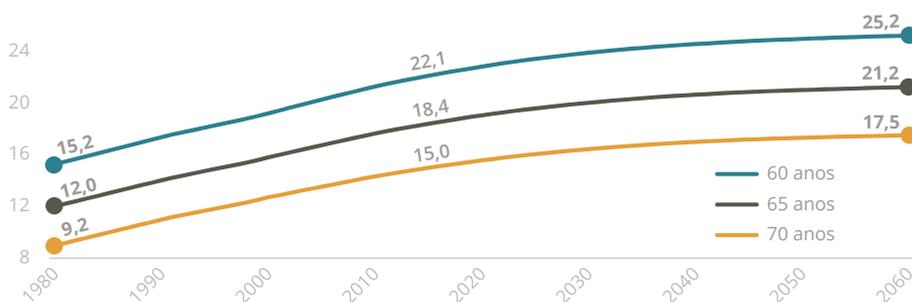


Fonte: Sejel/MF. Elaboração própria.

Promover reforma previdenciária que uniformize os critérios de elegibilidade e valor do benefício entre servidores públicos (civis e militares) e trabalhadores da iniciativa privada e que, ao mesmo tempo, responda ao envelhecimento populacional.

O diagnóstico é de aumento do déficit da Previdência Social por efeitos conjunturais (queda na arrecadação) e estruturais (envelhecimento da população), que saiu de cerca de 0,8% do PIB em 2011 para 2,8% do PIB em 2017. Soma-se a isso o elevado déficit per capita dos regimes próprios da União e de Estados, enquanto regimes recentes como o de Municípios ainda apresentam superávit.

Gráfico 2. Evolução da expectativa de sobrevivência no Brasil: 2000 - 2060



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

3 Aprovar reforma que corrija o desequilíbrio entre arrecadação e despesa previdenciária, de forma a não sobrecarregar as gerações futuras.

O déficit da Previdência (RGPS), em proporção do PIB, deve quadruplicar em 40 anos. Projeta-se para esse período um aumento constante das despesas sem correspondente aumento da arrecadação. Assim, sem uma reforma previdenciária, será necessário volume cada vez maior de recursos públicos para o financiamento de aposentadorias e pensões.

Tabela 1. Evolução dos resultados do RGPS (em % PIB): 2020-2060

	Receita	Despesa	Resultado
2020	5,64	8,60	-2,95
2030	5,70	10,36	-4,66
2040	5,56	12,55	-6,99
2050	5,43	14,88	-9,45
2060	5,35	16,75	-11,40

Fonte: PLDO 2019 (Anexo IV.6). Elaboração própria.

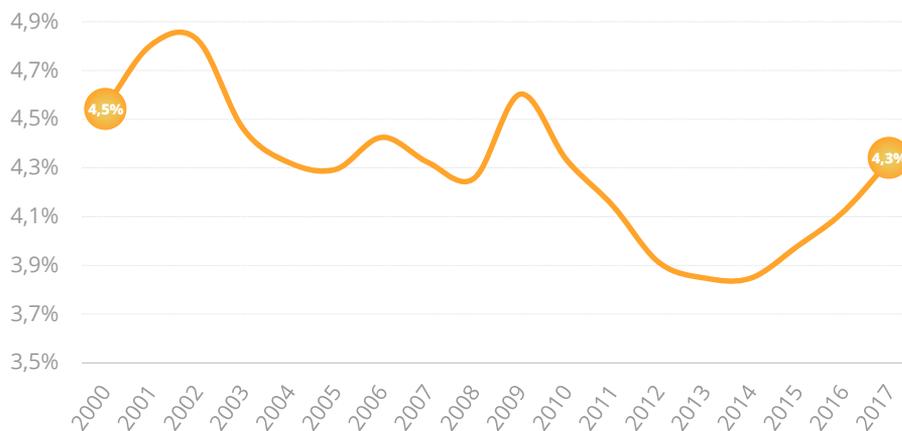
4 A adoção de reforma previdenciária estrutural deve considerar os custos de transição e os impactos sociais.

A reforma em debate no cenário político atual diz respeito a mudanças parâmetros na previdência associadas aos critérios de elegibilidade e cálculo do benefício. Contudo, cada vez mais surgem debates sobre mudanças estruturais como a redução do Teto da Previdência (RGPS) e a criação de um pilar de capitalização no sistema previdenciário. Essas mudanças possuem impactos significativos no financiamento da previdência social, que devem ser confrontados com a capacidade financeira do Estado brasileiro, assim como impactos sobre o sistema de proteção social diferenciados para cada classe social.

Eliminar os privilégios de poderes e carreiras de forma a garantir a qualidade da prestação do serviço público.

As despesas de pessoal da União em proporção do PIB se encontram em patamar inferior ao apresentado no início dos anos 2000. Além disso, desde 2010 o crescimento da despesa média por servidor é próximo da inflação. Assim, analisando de forma agregada, as despesas de pessoal não representam um problema fiscal. Contudo, a evolução do agregado da despesa esconde significativas distorções entre carreiras e poderes. Entre estas, pode-se citar: remunerações médias destoantes de algumas carreiras do serviço público de mesma complexidade e incompatíveis com o mercado privado; concessão de recesso remunerado e períodos de férias superiores a trinta dias; e concessão de remuneração variável sem proporcionalidade à melhora de serviços à população.

Gráfico 3. Despesa de pessoal (em % PIB): 2000 - 2017



Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

6 Revisar a estrutura remuneratória de todo o serviço público a partir da avaliação compreensiva da remuneração de todas as carreiras.

Há atualmente uma profusão de carreiras e parcelas remuneratórias no serviço público, sem visão estrutural do conjunto destas carreiras e, principalmente, de sua estrutura remuneratória. A existência de uma única tabela em que o Ministério do Planejamento divulgue o posicionamento relativo das diversas carreiras, inclusive seus níveis, contribuiria para a redução da “corrida” por reajustes entre as carreiras do serviço público e permitiria uma comunicação consistente e uniforme a todos os servidores.

7 Reduzir o número de cargos e carreiras do Poder Executivo, com flexibilização de carreiras e aumento de mobilidade.

Há atualmente no Poder Executivo uma miríade de cargos e carreiras que dificulta o planejamento e a gestão de pessoal. Reflexo significativo dessa fragmentação é a criação de carreiras com atribuições e responsabilidades muito específicas, o que dificulta a mobilidade de pessoal entre os órgãos e a reestruturação do serviço público.

8 Estabelecer em lei, de forma exaustiva e explícita, as parcelas remuneratórias não incluídas no teto do funcionalismo público e revisar os parâmetros de classificação das despesas indenizatórias.

A ausência de definição explícita das parcelas que estão fora do cômputo do teto do funcionalismo público incentiva administrações e carreiras a pleitearem uma série de verbas indenizatórias não incluídas no cômputo do teto do funcionalismo público. Adicionalmente é necessário rever a validade de certas verbas indenizatórias, como o auxílio-moradia pago a servidores que trabalham por anos na mesma localidade e possuem residência própria.

9 Estabelecer contribuição previdenciária para os servidores militares similar aos civis.

Há atualmente uma distinção na contribuição previdenciária de servidores civis e militares, enquanto os civis contribuem com 11% de sua remuneração para a aposentadoria, os servidores militares contribuem com 7,5% para terem direito à pensão². Esta distorção deve ser corrigida, inclusive no que diz respeito à solicitação de serviço na inatividade militar.

² Considera-se que na reserva, o servidor militar pode ser convocado para a prestação de serviços e por isso não se trata de uma “aposentadoria”

Aumentar a eficiência do gasto em saúde, incentivar o aumento da produtividade dos fornecedores do setor e acomodar a dinâmica de pressão por maiores gastos.

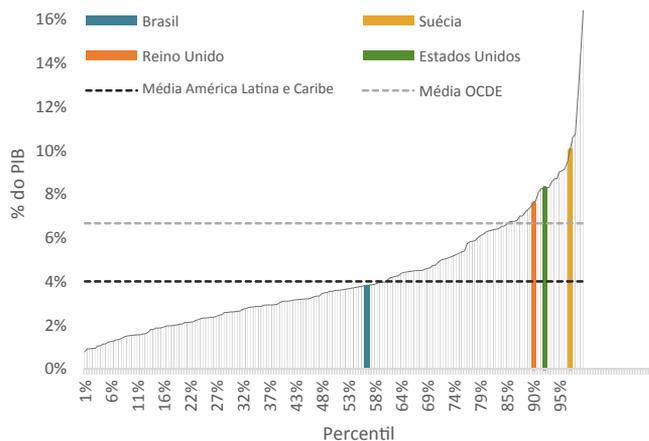
O Governo Federal ampliou em 31,9% as despesas em saúde em termos reais. Não obstante, o gasto das três esferas de governo no Brasil (3,8% do PIB) ainda é inferior à média da América Latina (4% do PIB) e da OCDE (6,7% do PIB).

Tabela 2. Gasto federal em saúde 2008 - 2017

	R\$ bilhões	% do PIB
2008	50,8	1,63%
2009	57,4	1,72%
2010	66,2	1,70%
2011	74	1,69%
2012	83,5	1,73%
2013	89,4	1,68%
2014	100,4	1,74%
2015	106,9	1,78%
2016	115,9	1,85%
2017	117,1	1,79%

Fonte: Siga Brasil e IBGE. Elaboração própria.

Gráfico 4. Despesa pública em saúde (% PIB) - 2014



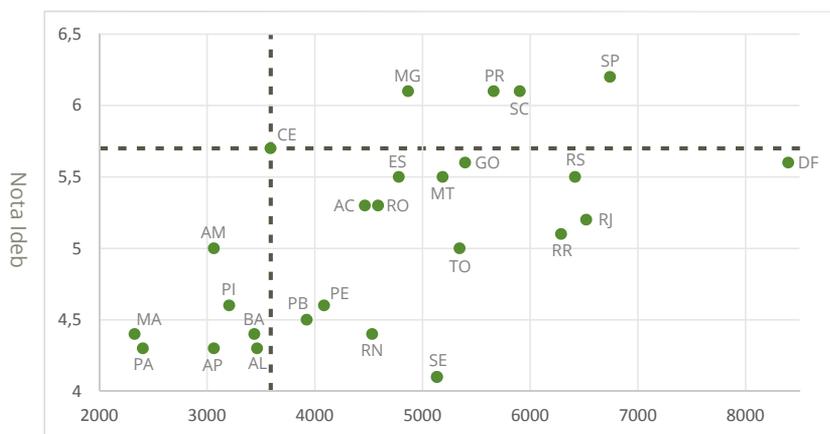
Fonte: X Prêmio SOF de Monografias (Dinâmica de Médio Prazo das Despesas Federais em Saúde e Educação: uma análise à luz das regras fiscais vigentes) com dados do Banco Mundial.

A dinâmica futura das despesas de saúde indica crescimento real de ao menos 26% nos próximos dez anos, em decorrência do aumento de custos e do envelhecimento populacional. Assim, para respeitar o Teto dos Gastos e manter o atendimento à saúde, é imprescindível aumentar a eficiência e a equidade deste gasto, bem como discutir o financiamento público do sistema de saúde. Nesse sentido, o valor mínimo de aplicação em saúde estabelecido pela EC nº 95 (Teto de Gastos), que já representa uma redução em relação às regras anteriores, não deve ser encarado como meta.

Aumentar a eficiência dos gastos em educação a partir do incentivo às escolas que adotem práticas pedagógicas eficazes.

A despesa com educação apresentou crescimento real acumulado de 91% no período 2008-2017 (7,4% ao ano, em média), passando de 1,1% para 1,8% do PIB. Em relação ao resto do mundo, as três esferas de governo no Brasil investem 6% do PIB, mais que os países da América Latina – Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%), México (5,3%) – e a média da OCDE (5,5% do PIB). Existe espaço significativo para melhoria da eficiência do gasto em educação, como fica claro pela identificação de casos de sucesso de estados que conseguem obter resultados positivos no IDEB mesmo com despesas inferiores às médias regional e nacional.

Gráfico 5. Valor aplicado na educação básica por aluno e Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental – rede pública



Valores médios para o Brasil

Nota: o valor aplicado se refere a 2017, ao passo que o IDEB é referente ao ano de 2015.

Fonte: Aspectos Fiscais da Educação no Brasil (STN/MF) com dados do Inep.

Adotar medidas para o atingimento das metas da educação básica no país.

A dinâmica demográfica brasileira tende a reduzir o número de pessoas em idade escolar e, assim, permite que as regras fiscais – aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e teto de gastos – sejam compatíveis com o nível de gastos em educação dado o atual nível de cobertura do ensino. Por outro lado, o Teto de Gastos se coloca como restrição ao cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-24, que prevê aumento da cobertura e da qualidade da educação básica e do ensino superior. As despesas da União na área de educação estão concentradas no ensino superior (64,3% do gasto federal em 2017) mas também se estendem ao financiamento da educação básica em apoio a estados e municípios (R\$ 34,6 bilhões em 2017, ou 29,5% do gasto federal em 2017). O cumprimento das metas do PNE para a educação básica, a mais carente do ensino público brasileiro, demandaria aumento de gastos que estados e municípios dificilmente terão capacidade de realizar sem assistência da União.

Gráfico 6. Despesa primária federal com educação – R\$ Bilhões correntes



Fonte: Aspectos Fiscais da Educação no Brasil (STN/MF).

Tabela 3. Gasto federal em educação 2008-2017

	Educação Governo Federal				
	Superior e Profissional	Básica	Outros	TOTAL	
	R\$ bilhões			R\$ bilhões	% PIB
2008	31,8	18,9	10,7	61,4	1,1%
2009	36,3	23,6	11,2	71,0	1,3%
2010	46,3	26,6	17,0	90,0	1,5%
2011	51,4	32,5	14,9	98,7	1,5%
2012	58,1	37,2	17,2	112,5	1,7%
2013	69,4	38,3	11,6	119,2	1,7%
2014	77,9	39,1	13,1	130,2	1,8%
2015	79,1	38,9	9,0	127,0	1,8%
2016	77,3	37,4	9,0	123,6	1,9%
2017	75,4	34,6	7,2	117,2	1,8%

Fonte: Aspectos Fiscais da Educação no Brasil (STN/MF) e IBGE. Elaboração própria.

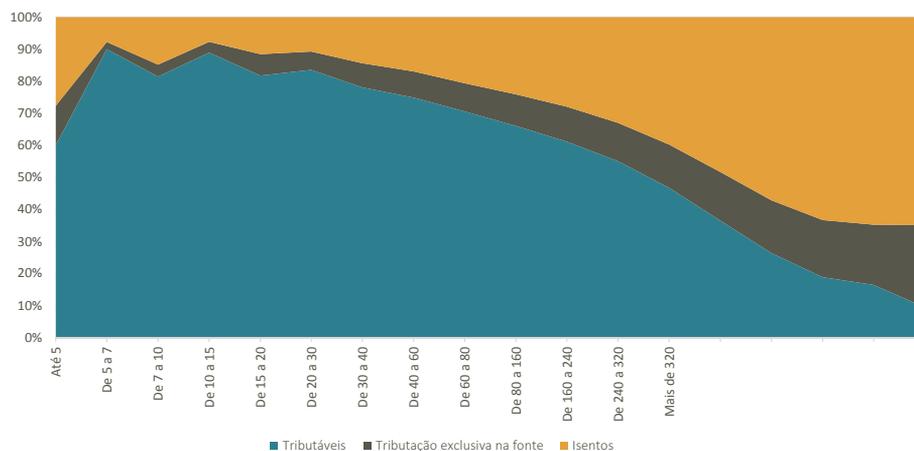
Privilegiar a tributação sobre a renda em detrimento da sobre o consumo.

A carga tributária brasileira está concentrada demasiadamente em Impostos Indiretos. A tributação indireta não respeita a capacidade contributiva do indivíduo, tributando com mais intensidade indivíduos mais pobres. Enquanto nos países da OCDE, em média, 34,1% da arrecadação total tem como origem a tributação da renda, no Brasil esse valor é de apenas 21,0%. É necessária uma ampla reforma tributária, que reduza a tributação sobre consumo, que elimine a tributação ineficiente sobre as empresas e aumente a tributação sobre pessoa física.

Ampliar a progressividade do imposto de renda e reduzir distorções entre os contribuintes que não sejam oriundas da renda auferida.

Nos últimos anos, cerca de 30% dos rendimentos das pessoas físicas foram isentos do pagamento de IRPF, com destaque para a distribuição de lucros e dividendos que, em 2016, alcançou R\$ 350 bilhões. A isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos de lucros e dividendos é altamente regressiva, uma vez que tais rendimentos estão concentrados nos indivíduos mais ricos. Enquanto quem declarou renda até 5 Salários Mínimos (SM) - cerca de 50 % do total de declarantes - tem mais de 85% dos seus rendimentos tributáveis, aqueles com rendimentos superiores a 40 SM - menos de 5% do total dos declarantes - têm menos de 46% dos seus rendimentos tributáveis.

Gráfico 7. Composição da renda por faixa de salário mínimo



Fonte: Receita Federal. Elaboração própria.

Há uma grande discrepância também na tributação de acordo com as ocupações dos indivíduos. Os declarantes cuja ocupação profissional pode ser encaixada como empregado apresentam alíquota efetiva acima da média e, em geral, progressiva. Por exemplo, um *profissional liberal* ou *autônomo*, ou *firma individual* ou *empregador* com rendimento médio anual R\$ 135,9 mil teve alíquota efetiva de apenas 3,45%, enquanto um empregado assalariado na mesma faixa de rendimento teve alíquota efetiva de 11%. Uma das razões dessas distorções certamente é a presença da chamada “*pejotização*”, situação em que são contratados serviços executados por pessoas físicas por meio de pessoa jurídica, cujas alíquotas tributárias são menores. Estima-se que se não houvesse o fenômeno da “*pejotização*” e fosse aplicada a mesma alíquota efetiva paga pelos trabalhadores, haveria arrecadação extra de R\$ 51 bilhões em 2016.

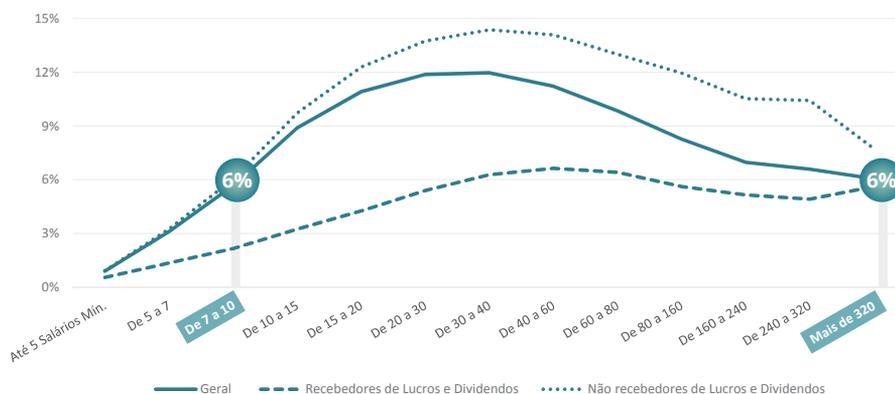
Definir limite para dedução de despesas do IRPF que reduzam seu caráter progressivo.

A aplicação de um teto nas deduções das despesas com educação própria e de dependente garante que o benefício fiscal concedido não seja tão discrepante entre os indivíduos dos diferentes percentis de renda. No entanto, as despesas com saúde podem ser integralmente deduzidas do montante da renda tributável, permitindo que indivíduos mais ricos deduzam valores maiores. Em 2016, cerca de 11% dos declarantes foram responsáveis por 40% de toda a dedução das despesas de saúde. Essa regra confere um caráter regressivo ao IRPF, na medida que concede mais benefícios para os indivíduos com maiores rendimentos. A aplicação de um teto de dedução com gastos de saúde poderia, além de tornar o IR mais progressivo, ampliar o potencial arrecadatório. Ao longo dos últimos anos, as deduções com despesas de saúde do Imposto de Renda representaram cerca de 60% do gasto direto do Governo Federal com saúde, ou seja, o Governo Federal gasta cerca de R\$ 70 bilhões com a parcela mais rica da população brasileira, enquanto gasta R\$ 116 bilhões com toda a população.

Criar alíquota marginal do IRPF superior à alíquota máxima atual (27,5%), melhorando a distribuição do ônus tributário sobre a população.

A alíquota marginal máxima do IRPF é de 27,5% no Brasil, bem abaixo da média dos países da OCDE, de 41,6%, e mesmo da média mundial, de 31,6%. No entanto, a alíquota média efetiva sobre a renda de pessoas físicas foi de 7,1% em 2016. Além da média brasileira estar abaixo da mundial, há um grande desequilíbrio entre os pagadores do IRPF: indivíduos com renda mensal de 7 a 10 salários mínimos pagam a mesma alíquota que indivíduos com renda mensal acima de 320 salários mínimos.

Gráfico 8. Alíquota efetiva por faixa de salário mínimo.



Fonte: Receita Federal. Elaboração própria.

Além disso, a defasagem da correção da tabela do Imposto de Renda prejudica as parcelas mais pobre da população, uma vez que são mais intensamente tributadas devido à inflação.

Desenvolver regras fiscais que induzam a redução do endividamento público

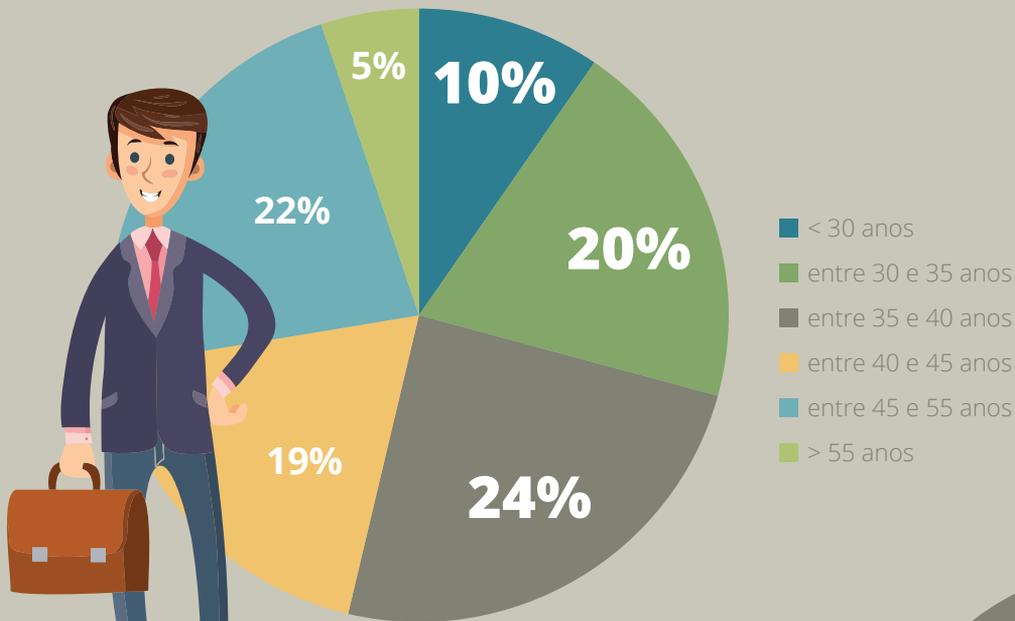
A dinâmica dos crescentes desequilíbrios fiscais e o elevado prêmio de risco pago pelos títulos públicos brasileiros fizeram com que o endividamento crescesse com reflexo na taxa de juros reais cobrada e no prazo médio da dívida. Para corrigir essa trajetória de endividamento é necessária a adoção de reformas fiscais e de ganho de credibilidade fiscal e monetária que permitam a redução do endividamento público. Neste sentido a adoção de arcabouço fiscal que oriente meta de resultado primário para a redução do endividamento e que estabeleça limite para o crescimento da despesa é essencial.

Conscientizar a sociedade dos números que envolvem a Dívida Pública Federal.

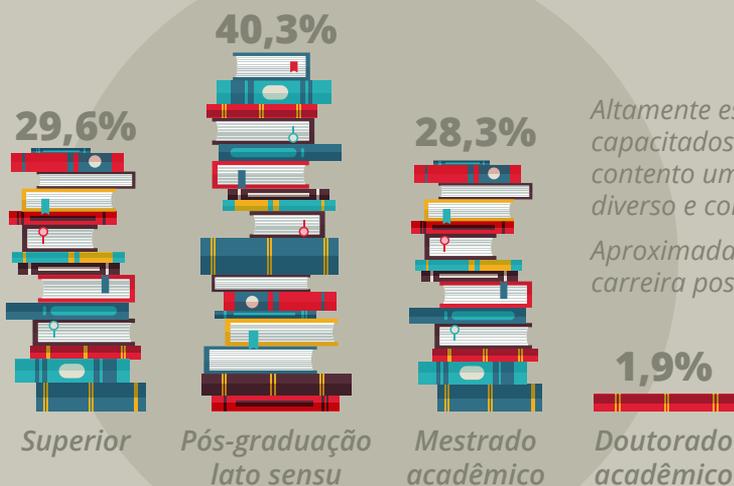
Diversos atores políticos falseiam a realidade ao tratar o endividamento público e seu financiamento como uma decisão política em benefício de “banqueiros”, que lucram ao financiar o Estado brasileiro. Para esses atores, portanto, um calote da dívida seria a opção socialmente ótima. Contudo, na realidade, o nível de dívida brasileiro é fruto da elevada taxa de juros reais cobrada para o financiamento do Estado, resultado do elevado prêmio de risco; e de resultados primários passados insuficientes para o pagamento destes juros.

Outro mal entendido diz respeito à assertiva de que gastamos com a dívida pública mais do que em previdência social, ao considerar, de forma equivocada, a despesa decorrente da rolagem da dívida no cômputo do gasto.

O perfil do AFFC/STN*



O perfil é bastante jovem, com praticamente metade dos integrantes abaixo dos 40 anos de idade.

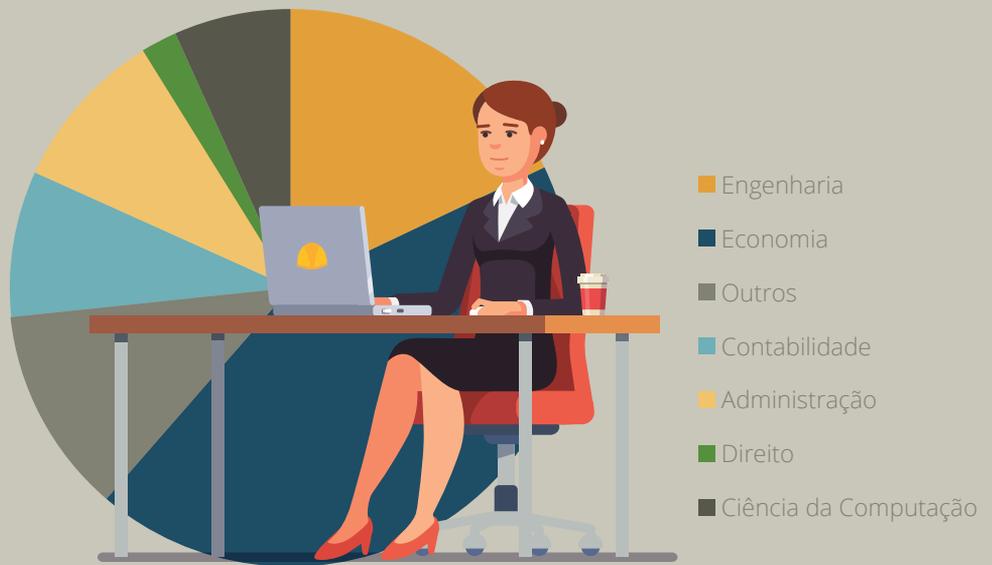


Altamente especializados e capacitados para desempenhar a contento um rol de atribuições tão diverso e complexo.

Aproximadamente dois terços da carreira possui pós-graduação.

* Foram utilizados dados relativos aos AFFCs, pois não há dados para os TFFCs com detalhamentos compatíveis.

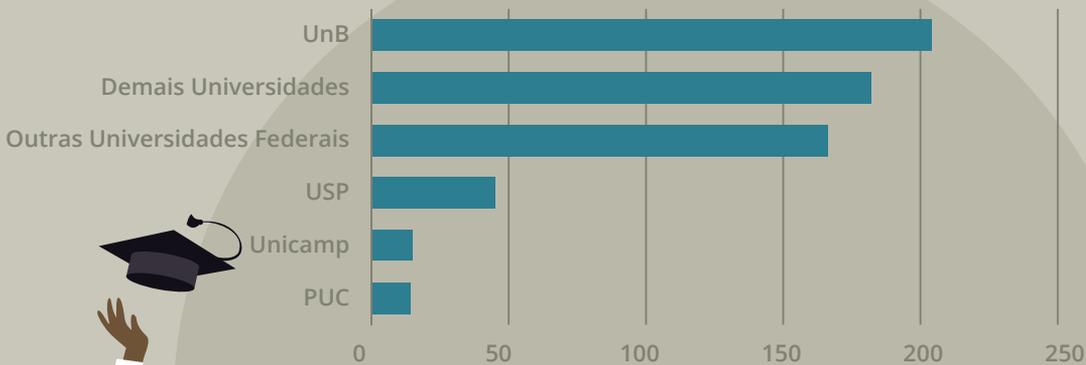
Fonte: Sistema de Recursos Humanos da STN.



Os economistas são a maioria, seguidos por engenheiros, administradores e contadores.

■ Primeiro Emprego ■ Empresa Pública ■ Empresa Privada

Cerca de 80% dos AFFCs já tinham experiência prévia ao Tesouro Nacional: desses, 60% vieram da iniciativa privada enquanto os demais tiveram experiência no setor público.



Formados nas principais instituições de ensino do Brasil: 77% se graduaram nas principais universidades públicas do país, tais como UnB, USP, Unicamp e Universidades Federais.



*Associação dos
Servidores do
Tesouro Nacional*